



ESTADO DO AMAPÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ nº 34.925.214/0001-90
CENTRAL DE LICITAÇÕES

Edital

Fls 23/63

EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA 02/2022 CL/PMI

b.3) moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do serviço, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

13.2. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14 – DA CONTRATAÇÃO

14. 1. Fica estabelecido que, com a empresa vencedora seja celebrado contrato, que deverá ser assinado no prazo máximo de até 05 (cinco) dias Úteis, a partir da notificação para este fim, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei nº. 8.666/93.

14.2. O contrato, atendendo as disposições de ordem legal que regem a matéria, conterà, ainda, fundamental e obrigatoriamente em suas cláusulas, como base, as normas gerais desta licitação.

14.2.1. Constam no **ANEXO VIII – MINUTA DO CONTRATO**, as condições e os demais elementos necessários à execução da obra, tais como: valor, prazos condições de pagamento, condições de recebimento dos serviços, responsabilidades das partes, garantia, sanções e tudo o mais relacionado com o objeto da contratação, de acordo com os requisitos legais do artigo 55, da Lei Federal nº 8.666/1993.

14.3. O prazo de execução contratual será contado em dias consecutivos a partir do dia seguinte da Ordem de Serviço e deverão ser executados e concluídos dentro do prazo de até **240 (duzentos e quarenta) dias**

14.4. O prazo de vigência contratual será de **até 310 (trezentos e dez) dias** podendo ser prorrogado dentro da vigência do prazo anterior na forma prevista no artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores

14.5. As alterações contratuais, se houver, serão formalizadas por Termos Aditivos, numerados em ordem crescente, sendo-lhes exigidas as mesmas formalidades do contrato originalmente elaborado, inclusive quanto a parecer jurídico, atualização da documentação de habilitação e garantia de contrato.



ESTADO DO AMAPÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ nº 34.925.214/0001-90
CENTRAL DE LICITAÇÕES

Edital

Fis 24/63

EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA 02/2022 CL/PMI

14. 4. Caso a proponente, declarada vencedora, não queira ou não possa assinar o contrato respectivo, dentro do prazo de validade da proposta, poderá a PMI, sem prejuízo de aplicação de penalidades à desistente, optar pela contratação das proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado se, alternativamente, a PMI não preferir revogar a presente licitação.

15- DA EXECUÇÃO E DO PRAZO

15.1. A obra contratada através da presente licitação será realizada na forma de execução indireta no regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

15.2. O prazo máximo para execução do objeto da presente licitação será de 150 (cento e cinquenta) dias.

15.3. A execução deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados nesta licitação, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se apresentadas por escrito e aprovadas pela PMI, conforme determinações legais.

15.4. O(s) atraso(s) na execução dos serviços, nos prazos de início e conclusão da obra, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos, de força maior ou de fatos de responsabilidade desta PMI, desde que comprovados na época oportuna.

15.5. Na ocorrência de tais fatos ou casos de pedidos de prorrogação referente ao prazo inicial, serão encaminhados por escrito a PMI, um dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados, por escrito, 10 (dez) dias úteis antes de findar o prazo e, em ambos os casos, com justificativa circunstanciada.

15.6. Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser fornecidos pela contratada, bem como, todos os custos de aquisição e transporte. Os materiais deverão ser da melhor qualidade, obedecendo às especificações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas- ABNT.

16 - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

16.1. À Prefeitura Municipal de Itaubal caberá aplicar ao contratado, total ou parcialmente, as sanções previstas no Art. 86, 87 e 88 da Lei 8.666/93 e suas alterações, bem assim quaisquer outros dispositivos legais, garantindo-se amplo direito de defesa. Caberá também a PMI aplicar as sanções previstas em lei, ao adjudicatário que se recusar injustificadamente em assinar o contrato, aceitar ou rejeitar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido.

17 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



ESTADO DO AMAPÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ nº 34.925.214/0001-90
CENTRAL DE LICITAÇÕES

Edital

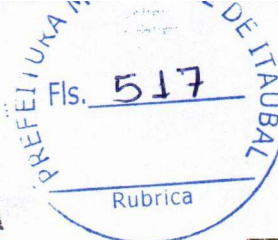
Fls 25/63

EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA 02/2022 CL/PMI

- 17.1. O pagamento processar-se-á em conformidade com a minuta contratual em anexo.
- 17.2. O pagamento deverá ser efetuado através da Secretaria Municipal de Finanças, mediante apresentação de Nota Fiscal, emitida em Reais, devidamente atestada por pessoa designada pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos para esse fim, por meio de crédito bancário em conta corrente do contratado, sendo que a primeira parcela não superior ao determinado no Cronograma Físico-Financeiro da obra, mediante apresentação do Boletim de Medição dos Serviços Executado e contratado, obedecendo ao Cronograma Físico-Financeiro estabelecido para os referidos serviços no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 17.3. Em hipótese alguma haverá pagamento antecipado ou fracionado do valor de cada parcela contratual de acordo com o cronograma físico-financeiro, salvo pequenas compensações de materiais e serviços executados, mantido o preço final da parcela.
- 17.4. Se ocorrerem aditivos que incluam acréscimo de valores e quantidades dos serviços e materiais, a proponente deverá readequar este aditivo ao cronograma físico-financeiro original, e reapresentá-lo com as devidas alterações.
- 17.5. O novo cronograma físico-financeiro deverá acompanhar a solicitação de aditivo.
- 17.6. As faturas, a partir da segunda parcela, deverão vir acompanhadas dos comprovantes de recolhimento do FGTS, INSS e folha de pagamento do pessoal da obra, relativos ao mês imediatamente anterior, observadas as definições das cláusulas da minuta contratual em anexo.

18 – DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 18.1. Os objetos desta licitação serão fiscalizados e recebidos de acordo com o disposto no art. 69; art. 73, inciso I e art. 76 da Lei nº.8.666/93.
- 18.2. O objeto deverá atender rigorosamente, as especificações estabelecidas nesta Tomada de Preços e na proposta vencedora.
- 18.3. A fiscalização dos serviços executados será de competência e responsabilidade exclusiva da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos ou a quem está designar, a quem caberá verificar se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridos os termos do contrato, os projetos, as especificações e demais requisitos, bem como, autorizar os pagamentos de faturas, substituição de materiais, alterações de projetos, solucionar problemas executivos, assim como, participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços contratados.
- 18.4. A fiscalização se efetivará no local da obra pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos ou por profissionais designados pela mesma.



ESTADO DO AMAPA
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ nº 34.925.214/0001-90
CENTRAL DE LICITAÇÕES

Edital

Fls 26/63

EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA 02/2022 CL/PMI

18.5. A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo da obra, sendo exercida no interesse exclusivo da PMI e não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

18.6. O documento hábil para comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução da obra, será o DIÁRIO DE OBRAS, fornecido pela empresa, onde tanto a contratada quanto a fiscalização deverão proceder a anotações diárias, visando a comprovação real do andamento da obra e execução dos termos do contrato, sendo visado diariamente por profissionais credenciados de ambas as partes. O DIÁRIO DE OBRAS deverá ser aberto mediante termo circunstanciado, lavrado na primeira página, correspondente ao dia em que efetivamente a empresa iniciar os serviços.

18.7. A fiscalização poderá exigir a substituição de qualquer empregado da contratada ou de seus contratados no interesse dos serviços.

18.8. Concluídos os serviços, se estiverem em perfeitas condições, serão recebidos provisoriamente pela fiscalização ou pelo responsável pelo seu acompanhamento, que lavrará o Termo de Recebimento Provisório.

18.9. A contratada fica obrigada a manter a obra em perfeitas condições de conservação e funcionamento, por sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo.

18.10. Decorrido o prazo do Termo de Recebimento Provisório, se os serviços de correção das anormalidades porventura verificados forem executados e aceitos pela PMI, e comprovado o pagamento da contribuição devida à previdência social relativa ao período de execução da obra, mediante a apresentação do Certificado de quitação do INSS e comprovante do FGTS, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo.

18.11. A contratada, executado o objeto contratual, responderá pela solidez e segurança da obra, durante o prazo de 5 (cinco) anos, em conformidade com o art. 618 do Código Civil Brasileiro de 2002.

19 – DO REAJUSTE

19.1. Não haverá reajustamento nos preços propostos, salvo, se por razões supervenientes, os prazos ultrapassarem o período de 12 (doze) meses a partir da data base e serão realizados conforme os procedimentos:

a) O índice de reajuste será o Índice Nacional de Custo da Construção Civil- INCC, da coluna 35, da Fundação Getúlio Vargas, publicada na revista Conjuntura Econômica;

b) A data base adotada será MÊS/ANO

c) Para o cálculo do reajustamento será utilizada a seguinte fórmula:

$$R = I - I_0 \times V$$

I_0

R - Valor do reajustamento calculado;



ESTADO DO AMAPÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ nº 34.925.214/0001-90
CENTRAL DE LICITAÇÕES

Edital

Fls 27/63

EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA 02/2022 CL/PMI

V - Valor contratual das obras ou serviços a serem reajustados;

I - Índice (INCC) da coluna 35 da FGV, correspondente a data do reajuste (12 meses da data base);

Io - Índice (INCC) da coluna 35 da FGV, correspondente à data base

19.2. Não haverá reajuste de preços durante a vigência do Registro de Preços de que trata o presente Edital.

19.3 Havendo alteração de preços dos materiais, gêneros ou bens tabelados por órgãos oficiais competentes, os preços registrados poderão ser atualizados de conformidade com as modificações ocorridas.

19.4 Na hipótese prevista acima, deverá ser mantida a diferença apurada entre o preço originalmente constante na proposta original e objeto do registro e o preço da tabela da época.

19.5 O beneficiário do registro poderá solicitar a atualização dos preços vigentes, através de solicitação formal ao Município, desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos, que serão analisados e julgados pelo Município.

19.6 O preço alterado não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado.

20 – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

20.1. Cabe ao Contratante:

a) definição precisa do objeto desta licitação, caracterizado por projetos básico/executivo complementares, especificações e referências necessárias ao perfeito entendimento pelos licitantes;

b) empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento das faturas em dia; tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;

c) encaminhar a publicação resumida do instrumento de contrato, ou de seus aditamentos, no Diário Oficial da União, em conformidade com o art. 21,I, da Lei 8.666/93.

21 – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

21.1 - Cabe à Contratada:

a) Contactar com a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, antes de iniciar os serviços, no sentido de acertar, no local da obra, os detalhes da execução;

b) manter na obra, em tempo integral, uma equipe de operários na quantidade necessária ao cumprimento do cronograma físico proposto, além de, no mínimo, um mestre de obras de comprovada experiência, todos devidamente qualificados;



ESTADO DO AMAPÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ nº 34.925.214/0001-90
CENTRAL DE LICITAÇÕES

Edital

Fls 28/63

EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA 02/2022 CL/PMI

- c) assumir responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, pelo fornecimento de equipamentos, materiais, mão-de-obra, assim como, pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados à Prefeitura Municipal de Itaubal - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos ou a terceiros;
- d) implantar na obra, a sinalização de acordo com as normas vigentes;
- e) não subcontratar o total dos serviços a ela adjudicados, sendo-lhe, entretanto, permitido fazê-lo parcialmente, continuando a responder, porém, direta e exclusivamente, pela fiel observância das obrigações contratuais;
- f) comunicar os serviços optados pela subcontratação à fiscalização da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, apresentando a relação dos serviços subcontratados e as empresas que irão executá-los;
- g) especificar no Diário de Obras, os serviços inerentes à Contratada e a(s) Subcontratada(s), bem como, os respectivos números de empregados utilizados;
- h) retirar qualquer empregado que não corresponder à confiança ou que perturbar a ação da Fiscalização, até 24 (vinte e quatro) horas após receber a notificação;
- i) retirar dentro de 72 (setenta e duas) horas corridas, após receber a notificação, todo material rejeitado pela Fiscalização, desmanchar e refazer imediatamente, por sua conta, o serviço que não for aceito, mantendo a obra limpa diariamente;
- l) cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança, Saúde e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem ou, por qualquer motivo, permanecerem na obra;
- m) providenciar as suas custas, a realização de todos os ensaios, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como, os reparos que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições;
- n) facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão realizadas pelos técnicos da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, fornecendo todas as informações e elementos necessários;
- o) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à Administração, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do serviço.

22 – DA GARANTIA

22.1. O licitante vencedor terá o prazo de 20(vinte) dias após a emissão da ordem de Serviços para apresentar a Prefeitura Municipal de Itaubal, seguro de 5% do valor do contrato, conforme art. 56 da lei 8.666/93.



ESTADO DO AMAPÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ nº 34.925.214/0001-90
CENTRAL DE LICITAÇÕES

Edital

Fls 29/63

EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA 02/2022 CL/PMI

Art. 56. A critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.

O Licitante VENCEDOR

§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; (Redação dada pela lei nº 11.079, de 2004)

II - seguro-garantia; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

III - fiança bancária. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 8.6.94)

§ 2º A garantia a que se refere o caput deste artigo não excederá a cinco por cento do valor do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições daquele, ressalvado o previsto no parágrafo 3º deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994).

23- DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

23.1. Até 05 (cinco) dias Úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório, conforme art. 41, § 1º, da Lei nº. 8.666/93;

23.2. Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até 02 (dois) dias Úteis que anteceder abertura dos envelopes de habilitação licitação conforme determina o Art. 41, §2º. da Lei 8666/93;

23.3. Caberá a central de Licitação decidir sobre a petição, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

23.4. Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.



ESTADO DO AMAPÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ nº 34.925.214/0001-90
CENTRAL DE LICITAÇÕES

Edital

Fls 30/63

EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA 02/2022 CL/PMI

23.5. Não será conhecido o recurso cuja petição tenha sido apresentada fora do prazo e/ou subscrita por representante não habilitado na forma da lei para responder pela empresa.

23.6. A impugnação feita tempestivamente por pretense licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

23.7. Na contagem dos prazos será excluído o dia do início e incluído o dia do vencimento, prorrogando-o automaticamente para o primeiro dia Útil subsequente, quando recair em data em que não haja expediente na PMI.

23.8. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do já Contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento da obrigação.

23.9. Os recursos e impugnações ao Edital deverão ser manifestados por escrito, protocolados o original, mediante recebimento na 2ª (segunda) via, no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Itaubal, localizado na Av. Laurita Almeida Barbosa – Centro - Itaubal/AP, no horário de 8h00min às 12h00min, de segunda a sexta-feira, em dias Úteis.

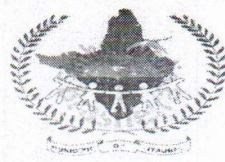
24- ABERTURA E JULGAMENTO

24.1 - A Licitação será processada e julgada de conformidade com o Art.43 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações subsequentes, com a observância dos procedimentos abaixo, sendo determinado, desde logo, que a Central de Licitação se reserva o direito de, em qualquer fase da licitação, suspender a reunião para promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, designando, na ocasião, nova data para divulgação dos resultados auferidos e prosseguimento do certame, independentemente de qualquer outra intimação. A designação de nova data deverá constar em Ata da reunião.

24.2 - O representante da proponente deverá apresentar-se, com documento de identidade e, caso de não ser sócio ou titular da empresa, com procuração outorgando poderes de representação no certame licitatório, acompanhada de cópia do ato de investidura do outorgante, no qual comprove, expressamente, deter poderes para a devida outorga;

24.3 - Ocorrendo à decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste edital serão transferidas automaticamente para o primeiro dia útil ou de expediente normal, subsequente ao ora fixado, independente de notificação ao interessado;

24.4 - Da decisão de habilitação ou inabilitação caberá recurso pelos interessados, suspendendo-se o certame até seu julgamento;



ESTADO DO AMAPÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ nº 34.925.214/0001-90
CENTRAL DE LICITAÇÕES

Edital

Fls 31/63

EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA 02/2022 CL/PMI

24.5 - A Central poderá suspender a sessão sempre que julgue necessário analisar os documentos e propostas oferecidas pelo licitante, objetivando confirmar as informações prestadas.

24.6 - Na hipótese prevista no subitem anterior, os documentos e os envelopes contendo as propostas, serão rubricados pelos participantes presentes e pelos membros da Central de licitações, ficando sob sua guarda para abertura em outra sessão a ser indicada na Ata de reunião.

24.7 - A licitação seguirá o curso de julgamento com as seguintes observâncias:

24.7.1 - Recebimento dos envelopes DA HABILITAÇÃO (DOCUMENTAÇÃO) e DA PROPOSTA das empresas licitantes;

24.7.2 - Abertura dos envelopes DA HABILITAÇÃO (documentação) e sua apreciação;

24.7.3 - Devolução do envelope DA PROPOSTA, fechados, aos licitantes inabilitados, desde que não tenha havido recurso ou após o seu julgamento;

24.7.4 - Abertura dos envelopes DA PROPOSTA dos licitantes habilitados, desde que transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa ou após o julgamento dos recursos interpostos;

24.8 - Julgamento, com a classificação das propostas, que será conhecida através de Edital. Classificatório;

24.9 - No julgamento das propostas para efeito de adjudicação do objeto desta licitação, a Comissão Permanente de Licitação levará em consideração as disposições contidas nesta Tomada de Preços, declarando vencedora a proponente que apresentar o MENOR PREÇO GLOBAL;

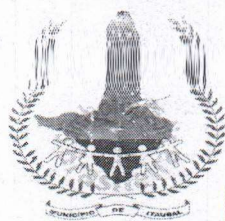
24.10 - No caso de empate entre uma ou mais propostas, a classificação far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público para o qual todos os licitantes serão convocados;

24.11 - Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, nos termos do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006, que atenderem as exigências contidas nesta licitação. Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE sejam iguais ou superiores em até dez por cento (10%) à de menor valor por item;

24.12 - A situação de empate somente será verificada após ultrapassada a fase recursal da proposta, seja pelo decurso do prazo sem interposição de recurso ou pelo julgamento definitivo do recurso interposto;

24.13 - Ocorrendo empate conforme preceitua o subitem 24.11, proceder-se-á da seguinte forma:

24.13.1 - A MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE detentora da proposta de menor valor poderá apresentar nova proposta inferior àquela



ESTADO DO AMAPÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ nº 34.925.214/0001-90
CENTRAL DE LICITAÇÕES

Edital

Fls 32/63

EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA 02/2022 CL/PMI

considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame;

24.13.2 - Se a MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE convocada na forma do subitem imediatamente anterior, não apresentar nova proposta inferior a de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais MICROEMPRESAS ou EMPRESAS DE PEQUENO PORTE remanescentes, que se enquadrarem na hipótese desta licitação, a apresentação de nova proposta;

24.13.3 - Se houver duas (2) ou mais MICROEMPRESAS e/ou EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, com propostas iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem e serão convocadas para a apresentação de nova proposta;

24.14 - Se nenhuma MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE satisfizer as exigências contidas no subitem 24.13 desta licitação, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originalmente de menor preço;

24.15 - O disposto nos subitens 24.13.1 a 24.14 desta licitação, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por MICROEMPRESA ou EMPRESAS DE PEQUENO PORTE que satisfaça as exigências desta Tomada de Preços;

24.16 - A abertura dos envelopes "DA HABILITAÇÃO" e "DA PROPOSTA" será realizada sempre em ato público, previamente designado do qual se lavrará ata circunstanciada e assinada pelos licitantes presentes e pela Central de Licitação da Prefeitura de Itaubal-AP;

24.17 - CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

a. Para participar da licitação na condição de MICROEMPRESA e/ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE a licitante deverá apresentar DECLARAÇÃO de sua situação para fins do tratamento diferenciado de que trata a Lei Complementar nº 123/2006 e LC 155/2016. A DECLARAÇÃO deverá estar assinada pelo representante legal da empresa, sob as penas da lei, deverá estar consignado não estarem inseridos nas restrições estabelecidas nos incisos do § 4º do artigo 3º da citada Lei Complementar;

b. A MICROEMPRESA e a EMPRESA DE PEQUENO PORTE que participar da licitação e possuir restrição em qualquer dos documentos de REGULARIDADE FISCAL e REGULARIDADE TRABALHISTA, terá a sua documentação condicionada à apresentação de nova documentação que comprove a sua regularidade em cinco (5) dias úteis, a contar da data em que for declarada vencedora do certame, podendo tal prazo ser prorrogado por uma única vez, por igual período, a critério da Comissão de Licitação Permanente da PMI desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo;



ESTADO DO AMAPÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ nº 34.925.214/0001-90
CENTRAL DE LICITAÇÕES

Edital

Fls 33/63

EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA 02/2022 CL/PMI

- c. O benefício de que trata a alínea "b" não eximirá a MICROEMPRESA e a EMPRESA DE PEQUENO PORTE da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição;
- d. A não regularização da documentação, no prazo fixado na alínea "b", implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, sendo facultado a PREFEITURA MUNICIPAL ITAUBAL/AP convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação;
- e. Os documentos necessários à HABILITAÇÃO poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidores da unidade que realiza a licitação.

25- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. A critério da Prefeitura Municipal de Itaubal a presente licitação poderá ser:

25.1.1. Adiada, por conveniência exclusiva da Administração;

25.1.2. Revogada, a juízo da Administração, se considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;

25.1.3. Anulada, se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que haja qualquer ressarcimento à licitante ou;

25.1.4. Ter as quantidades do seu objeto diminuídas ou aumentadas, observando-se os limites previstos no parágrafo 1º do Art. 65, da Lei 8.666/93, republicada em 06/07/94;

25.2. A licitante é responsável administrativa, civil e penalmente pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação;

25.3. A licitante que efetivamente participará do certame em epígrafe, deverá, obrigatoriamente, apresentar à Central de Licitação para protocolo, o seguro garantia de proposta junto com o comprovante de pagamento, na modalidade escolhida, em até 03 (três) úteis antes da abertura do certame, sob pena de inabilitação.

25.4. Tal exigência no item 25.3 se justifica pela necessidade de se estabelecer procedimentos de segurança quanto à contaminação do novo Coronavírus e a variante Ômicron. Para esta Central obter maior controle de empresas participante e assim ter gerenciamento para melhor prevenção de todos.

25.5. A Administração adotará medidas de prevenção e combate ao novo coronavírus e a variante Ômicron, uma vez que, se até a data de abertura das propostas ainda permanecer as orientações, entre elas Leis e Decretos, que determinam o isolamento social e a não aglomeração de pessoas.



ESTADO DO AMAPÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ nº 34.925.214/0001-90
CENTRAL DE LICITAÇÕES

Edital

Fls 34/63

EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA 02/2022 CL/PMI

- 25.6. Recomendamos que, de acordo com os procedimentos e ações voltadas para o novo coronavírus, onde as Leis e Decretos, a Organização Mundial de Saúde, o Ministério da Saúde e os Órgãos de Vigilância em Saúde, voltadas para o enfrentamento do COVID-19, orientam o isolamento social e a não aglomeração, e em cumprimento as medidas de prevenção, estabelecemos que fica vedado: a presença, na sessão, de representantes das empresas pertencentes ao grupo de risco;
- 25.7. Para as medidas de prevenção ao COVID-19, terá disponibilização de máscaras, luvas e álcool gel (70º INPM) para todos os presentes; a organização do recinto com afastamento mínimo de 1 (um) a 2 (dois) metros de distância entre os presentes; intensificação da higienização das áreas de acesso à sala onde as sessões ocorrerão, além de higienização do próprio recinto, com especial atenção às superfícies mais tocadas (maçanetas, mesas, cadeiras, corrimões, etc.); dentre outras.
- 25.8. Para cumprimento às medidas de prevenção e combate ao novo coronavírus estabelecemos que a qualquer momento, as equipes de Vigilância em Saúde poderão monitorar, orientar e fiscalizar os procedimentos adotados para a realização deste certame.
- 25.9. Até a data de abertura do certame, se ainda permanecer as orientações da OMS, do Ministério da Saúde, do Estado e Município, dos órgãos de Controle e dos órgãos de Vigilância Sanitária e Vigilância em Saúde, sobre o combate e prevenção ao novo coronavírus, evitando aglomerações, o procedimento de credenciamento se dará, dependendo do número de licitantes, será dividido de 03 em 03 ou 05 em 05 para evitar aglomeração e cumprir o distanciamento entre as pessoas, conforme ordem de chegada para adentrar a sala da sessão e todos terão acesso as documentações.
- 25.10. Na contagem dos prazos previstos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;
- 25.11. Independentemente de declaração expressa, a simples participação neste certame implicará na aceitação plena das condições estipuladas na presente Tomada de Preços e submissão às normas nela contidas;
- 25.12. Os casos omissos serão resolvidos pela Central de Licitação, que decidirá com base na legislação em vigor;
- 25.13. No interesse da Administração, a Central poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura do certame licitatório.
- 25.14. Na hipótese de procedimento judicial, fica eleito o Foro da Comarca de Ferreira Gomes-AP para dirimir eventuais pendências oriundas da presente licitação.
- 25.15. Melhores informações ou esclarecimentos sobre a presente licitação e quaisquer dados necessários à complementação das especificações poderão ser obtidos junto à Prefeitura Municipal de Itaubal - Central de Licitação, na Av. Laurita de Almeida Barbosa -



ESTADO DO AMAPÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ nº 34.925.214/0001-90
CENTRAL DE LICITAÇÕES

Edital

Fls 35/63

**EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA 02/2022 CL/PMI**

Centro – Itaubal/AP ou no e-mail: centraldelicitacaoitaubal@gmail.com, no horário de 8h00min às 12h00min, de segunda a sexta-feira, em dias Úteis.

25.16. É de responsabilidade exclusiva do licitante o acompanhamento dos atos deste procedimento por meio do Diários Oficiais e do site: <https://itaubal.ap.gov.br>

25.17. Fazem parte integrante deste EDITAL, para todos os fins e efeitos, os seguintes ANEXOS:

26– DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

- 26.1** O Proponente poderá ter o seu registro de preços suspenso ou cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa;
- 26.2** A pedido, quando comprovar, mediante solicitação expressa, estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório.
- 26.3** Por iniciativa da Administração quando:
- 26.4** O fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços, inclusive não realizando a entrega da mercadoria no prazo contratado;
- 26.5** O fornecedor não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não tenha retirado o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar a sua justificativa;
- 26.6** O fornecedor der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;
- 26.7** Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato ou instrumento equivalente decorrente do registro de preços;
- 26.8** Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
- 26.9** Por razões de interesse público devidamente fundamentadas.
- 26.10** A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado será realizada pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante nos autos que deram origem ao registro de preço.



ESTADO DO AMAPÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ nº 34.925.214/0001-90
CENTRAL DE LICITAÇÕES

Edital

Fls 36/63

EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA 02/2022 CL/PMI

- 26.11** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será realizada por publicação na imprensa oficial do Município, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir da publicação.
- 26.12** A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração, se apresentada com antecedência de 10 (dez) dias da data da convocação para firmar contrato de fornecimento pelos preços registrados, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.
- 26.13** A suspensão do registro de preço poderá dar-se pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 26.14** Enquanto perdurar a suspensão, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição dos materiais e/ou bens constantes no registro de preços.

27- DA ADESÃO DA REGISTRO DE PREÇOS

- 27.1** Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, prioritariamente por qualquer órgão da Administração Pública (Direta ou Indireta) Municipal que não tenha participado do certame licitatório na condição de "carona", mediante prévia consulta ao órgão gerenciador
- 27.2** Os órgãos e entidades que não participaram do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Departamento de Compras e Licitações do Município de Canguçu, através de ofício, para que este autorize, indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecidas a ordem de classificação.
- 27.3** Só será autorizada adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação do órgão gerenciador

Anexo I – Especificações técnicas
Anexo II - Planilha Orçamentária
Anexo III - Cronograma Físico-Financeiro



ESTADO DO AMAPÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ nº 34.925.214/0001-90
CENTRAL DE LICITAÇÕES

Edital

Fls 37/63

**EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA 02/2022 CL/PMI**

Anexo IV - Modelo de Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos (IN/MARENº 5)

Anexo V - Declaração de Visita Técnica

Anexo VI - Declaração de que não emprega menor (inc. XXXIII do art. 7º da CF/88)

Anexo VII - Declaração exigida no item 8.6

ANEXO VIII-

Anexo IX- Minuta de Contrato

ANEXO X- MINUTA DA ATA DE RE

Município de Itaubal/AP, 17 de maio de 2022.

Rafaela Karina Viana da Silva
Subcoordenadora de Padronização de documentos
Decreto nº025/2022- GAB/PMI